

Nos vinte anos da instalação da rede oficial de ensino, o

Governo Lamaison lança Plano de Educação e Cultura



O Governo do Distrito Federal inicia o ano de 1980 sob a égide de novo plano quadrienal no setor de Educação e Cultura. A expectativa é de que ele seja um instrumento eficaz de operacionalização, nesse setor, do principal objetivo da ação governamental, que se consubstancia no ajustamento da dinâmica econômica, social, cultural, demográfica e urbana do Distrito Federal às necessidades

de centro político-administrativo e cultural do País.

A ênfase na prestação de serviços educativo-culturais às populações carentes do Distrito Federal evidencia a consonância das prioridades propostas no presente Plano de Educação e Cultura com o projeto de desenvolvimento social do Excelentíssimo Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Aimé Alcibiades Silveira Lamaison
Governador
do Distrito Federal

Brasília, 16 de maio de 1980

PRIMEIRO PLANO INTEGRADO I

O Plano de Educação e Cultura 1980-83 está sendo lançado hoje pelo Governador Aimé Lamaison, com a presença do Ministro Eduardo Portella, da Educação e Cultura, e da Secretária de Educação e Cultura, Eurides Brito da Silva, durante a solenidade comemorativa aos vinte anos do Centro Interescolar Casb e da instalação da rede oficial de ensino do Distrito Federal. A atual gestão da SEC iniciou-se na vigência do plano quadrienal de educação que se executou de 1976 a 1979 e, pela primeira vez, o plano integra as duas funções da Secretaria - a educação e a cultura.

A política definida no Plano está norteada pelos seguintes princípios: **A educação é direito individual e dever social** - assim, a rede oficial de educação se compromete, prioritariamente, com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 1º. grau para a população entre 7 e 14 anos de idade. A gratuidade no 2º. grau é garantida aos que, demonstrando insuficiência de recursos financeiros, revelam aproveitamento, pelo menos, satisfatório.

A **igualdade de oportunidades educacionais** significa condições iguais - a asserção sugere que equalização de oportunidades educacionais pressupõe correção às desvantagens iniciais que as crianças providas de lares carentes apresentam nas suas condições de aprender. Os mecanismos de equalização são programas de educação compensatória, antecipação da escolaridade obrigatória, expansão de jardins de infância e de classes pré-escolares, recuperação de estudos, enriquecimento curricular, assistência ao educando, promoção educativa do menor marginalizado, envolvimento da família no processo educativo, programas integrados de desenvolvimento comunitário e educação de pais.

A **escola deve alargar suas fronteiras e diversificar seus procedimentos** - a escola perde, aqui, a tradicional postura de mundo à parte - para tornar-se parte do mundo real de onde vêm e para onde voltam os alunos. Reconhece a urgência de empenhar-se pela melhoria da qualidade de vida das comunidades com carência física, psíquica, social e econômica, onde vivem milhares de seus alunos. Volta-se para programas educacionais e culturais para toda a comunidade, buscando a participação e o envolvimento de todos os cidadãos, usando a comunidade como uma sala de aula, encorajando a cooperação entre órgãos, agências, instituições, grupos e pessoas para aumentar a eficiência e reduzir a duplicação de serviços e a pulverização de recursos financeiros.

Educação é dever solidário - propõe-se que os programas educacionais, tanto os da esfera oficial, como da particular, se desenvolvam com integração dos diferentes níveis e áreas que operam em campos comuns, seja no âmbito do Governo Federal, seja na circunscrição do DF. Só uma ação solidária e sintônica garantirá eficiência e eficácia aos programas educacionais.

Não bastam metas quantitativas; é preciso perseguir a qualidade - o sistema propõe-se a minimizar as perdas educacionais, no sentido que lhes empresta a Unesco, sob as várias formas em que elas se apresentam: desperdício quantitativo revelado na existência de crianças escolarizáveis fora da escola, de alunos dela evadidos ou inoportunamente nela retidos, e desperdício qualitativo caracterizado pela falta de correspondência entre os objetivos curriculares e as exigências que as diferenças individuais dos alunos e a dinâ-

mica sócio-econômica fazem à escola.

Preconiza-se a análise da problemática educacional para tomadas de decisão menos fortuitas relativas a currículo, métodos instrucionais, programas, alunos, professores, materiais, práticas.

Defende-se uma educação humanística que prepare o jovem para se inserir no espírito de seu tempo sem desvincular-se do legado cultural que forjou nossa sociedade cristã. A educação que se pretende será orientada para a participação efetiva e consciente na produção e no desenvolvimento econômico e social, como condição de afirmação das potencialidades individuais. Para tanto, os métodos e processos que se aconselham são aqueles que favoreçam a criatividade, a formação de mentes inquiridoras e de personalidades autônomas.

Nessa política da qualidade avulta a figura do professor, cujas funções, de evidente importância no processo educativo, vêm sofrendo renovação na medida em que surge uma nova escola. O magistério é tarefa essencialmente construtiva. Pela influência que exerce no destino pessoal dos alunos, o professor deve ser bem formado, assistido no seu desempenho técnico e valorizado profissionalmente. Na dignificação do seu papel, viabilizada por um plano de carreira, está o sinal visível do apreço da sociedade por esses agentes do desenvolvimento social.

Buscar-se-á um tratamento científico à gerência educacional, cujos agentes, via formação específica, assumem a função de desenvolver os recursos humanos na sua área de atuação. Bem gerida, cada escola deve tornar-se laboratório permanente de treinamento, em serviço e atualização constante dos professores. Trata-se, em suma, de uma política que busca prover o sistema de condições que permitem a expansão da rede escolar, sem prejuízo dos padrões dos serviços educacionais, conciliando quantidade com qualidade.

O aluno é o centro de todo o esforço educacional - esse posicionamento repousa na crença de que: cada aluno é único, inédito e irrepêvel, com características bio-psico-sociais singulares que escrevem uma história pessoal; embora o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente seja essencialmente o mesmo, existe variação entre os indivíduos no seu ritmo de desenvolvimento; a escola que não observa as diferenças de ritmo e de estilo de aprender de seus alunos é injusta e anti-democrática; a auto-realização do aluno se processa pelo crescimento intelectual, emocional e social e pressupõe observância das potencialidades e limitações individuais; o exercício da liberdade com responsabilidade é componente básico para a formação de pessoas autônomas.

Dentro desses lineamentos se ordenam os currículos, com opções que atendam às diferenças individuais dos alunos, cujas aptidões devem ser sondadas, e se oferecem, no 2º. grau, habilitações profissionais variadas. Com base nesses mesmos pressupostos, recebem tratamento especial os alunos que apresentam deficiências físicas e mentais, os que estão com a escolaridade atrasada em relação à idade, assim como os talentosos.

Esses princípios justificam os serviços de orientação educacional e os programas de assistência alimentar e médico-dentária ao educando, bem como reforçam o fundamento para os estudos de recuperação, instituto que, na Lei 5.692/71, caracteriza a escola comprometida com o sucesso do aluno.

Respeito à espontaneidade da manifestação cultural e estímulo à participação - a política de cultura proposta no Plano caracteriza-se por flexibilidade nas ações, teor humanístico e respeito à espontaneidade da manifestação cultural. No contexto da vocação cosmopolita de Brasília, constituem preocupação básica dos órgãos culturais tanto as atividades do Teatro Nacional como as do espaço cultural mais distante na área do Distrito Federal, tanto o trabalho do artesão, do cantor de viola, do pintor ingênuo, como o balé mais sofisticado ou a atividade do escritor mais consagrado. Entendida, a cultura, como parte



integrante do desenvolvimento sócio-econômico, é bem de todos, pelo que cabe a Poder Público e, em particular, ao Complexo SEC/FEDF/FCDF estimular todos os segmentos da Sociedade para que participem do processo de produção, distribuição e consumo de bens culturais.

Preservação e proteção a valores e bens culturais - a preservação de raízes culturais é um imperativo para cidades com vocação cosmopolita como Brasília. Impõe-se, portanto, conhecimento de nossa realidade na sua singularidade de ponto de confluência de elementos culturais forâneos e de centro de recepção das mais variadas influências regionais.

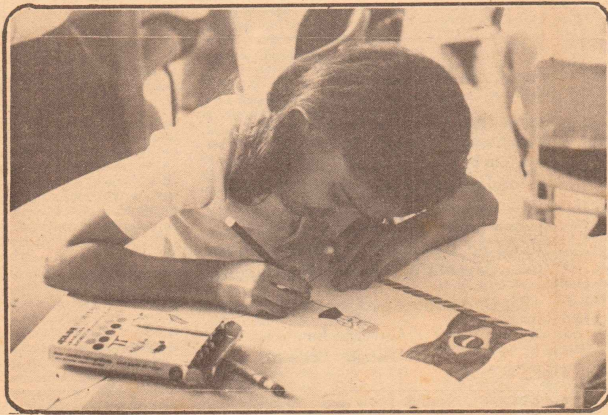
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Norteada por tais princípios, a ação do Governo do DF nos setores de Educação e Cultura será orientada por um critério amplo de integração dos dois setores e pelas seguintes diretrizes:

SETOR EDUCAÇÃO

Educação Pré-Escolar - oferta prioritária para as crianças com idade de 5 e 6 anos e sempre que possível, 4 anos, nas áreas de população de baixa renda; adoção de metodologia adequada para compensar os déficits de desenvolvimento da criança carente, quanto à psicomotricidade, vocabulário, socialização, formação de atitudes e valores; ampliação da capacidade instalada para atender à população pré-escolar; universalização gradual das oportunidades de educação pré-escolar na faixa de 4 a 6 anos.

Ensino de 1º grau - oferta obrigatória gratuita na rede oficial a toda a população com idade entre 7 e 14 anos; adequação dos con-



DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DF



teúdos educativos ao universo social do educando; eliminação do retardo na incorporação à escola (atraso na matrícula inicial); correção das taxas de evasão e reprovação; gradual eliminação das distorções idade/série; antecipação da terminalidade real de estudos, especialmente para as populações rurais, enquanto gradativamente se ampliam as oportunidades educacionais para essa clientela.

Ensino de 2º. grau - expansão gradual da oferta nas áreas de população de baixa renda; incentivo à iniciativa privada, objetivando uma gradual absorção da clientela de maior capacidade econômica; gradual e cautelosa correção das distorções idade/série, através do estabelecimento de uma idade limite para ingresso no 2º. grau e oferta concomitante de ensino supletivo para quantos busquem o ensino regular fora da faixa etária definida por esse limite; reavaliação dos padrões de ensino, tendo em vista uma reformulação curricular que permita, por um lado, a elevação da qualidade da formação propedéutica com vistas a favorecer a continuidade dos estudos e, por outro lado, adequação da preparação para o trabalho à realidade do exercício profissional; contenção das taxas de evasão e reprovação.

Ensino supletivo - assegurar a todos os que não receberam educação na idade regular ou àqueles que, tendo recebido tal escolarização, desejam continuar estudos ou obter habilitação profissional a oportunidade de adquirir, aprofundar ou atualizar conhecimentos; proporcionar aos alunos ou candidatos a ingresso no ensino regular de 1º. e 2º. graus, que apresentem idade superior aos limites es-

tabelecidos para matrícula, a oportunidade de obter a escolarização equivalente em regime mais adequado a essa população; promover a realização periódica de exames de suplência e suprimento; aprimorar a orientação pedagógica e os procedimentos técnico-administrativos aplicados ao ensino supletivo, tendo em vista elevar sua produtividade e, particularmente, reduzir a elevada evasão que nele se observa.

Ensino especial - prevenção e diagnóstico precoce da condição de deficiências ou excepcionalidade do educando; integração dos deficientes sensoriais (auditivos, visuais e outros), e portadores de problemas de aprendizagem no ambiente escolar e social; preparação para o trabalho dos deficientes; e expansão e melhoria do atendimento a deficientes físicos, mentais e alunos com dificuldades de aprendizagem, alunos superdotados, e triagem dos alunos excepcionais (infra ou superdotados), para encaminhá-los às modalidades de atendimento adequadas, tais como unidades especializadas, classes especiais, salas de recurso, classes comuns com consultoria, professores itinerantes, assistências específicas etc.

SETOR CULTURA

Patrimônio cultural - proteção do patrimônio artístico, paisagístico e etológico do DF; preservação do patrimônio histórico da cidade.

Difusão cultural - incentivo e apoio às artes visuais e cênicas, à música e à atividade literária; promoção da cultura brasileira, tanto nos aspectos comumente considerados eruditos, como nos de inspiração eminentemente popular; intercâmbio cultural com entidades e especialistas dedicados à Cultura, no País e no exterior.

Desenvolvimento cultural na escola - incentivo à promoção de atividades culturais na escola; reforço do preparo do professor, no que tange aos aspectos relacionados com a ação cultural desenvolvidos no âmbito da escola.

ADMINISTRAÇÃO DO COMPLEXO SEC/FEDF/FCDF

A administração do Complexo SEC/FEDF/FCDF será pautada em dois sistemas: um de informações e de planejamento, e um de gestão, acompanhamento, controle e avaliação. O primeiro sistema constando de formulação de modelo normativo do processo de coleta, tratamento e análise de informações, e adoção de modelo integrado de planejamento da ação educativa e da ação cultural; e o segundo, de definição de uma política de desenvolvimento organizacional que enfatize a valorização dos recursos humanos com que conta a Instituição, racionalização dos procedimentos relativos às atividades gerenciais e de execução, e sistematização do acompanhamento, controle e avaliação de projetos e atividades.

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS

Informado de uma análise da situação atual e de um prognóstico de tendências, o Plano de Educação e Cultura 1980-83 se desdobra em vários programas e subprogramas.

Programa 1 - Oportunidades Educacionais, que tem como objetivo geral, proporcionar ofertas de educação em todos os graus e modalidades de ensino, de modo a equalizar as oportunidades de educação, através do atendimento obrigatório à população de 7 a 14 anos de idade, e do atendimento prioritário, nas outras faixas etárias, à população de baixa renda.

Esse programa compreende os seguintes subprogramas: Educação Pré-Escolar, Ensino de 1º. Grau, Ensino de 2º. Grau, Ensino Supletivo e Ensino Especial.

Programa 2 - Manutenção e Expansão da Rede Física, que busca manter e expandir a rede de prédios escolares, bem como suas instalações e equipamentos, de modo a assegurar a oferta de oportunidades educacionais em nível adequado, tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo. Manutenção da Rede Física e Expansão da Rede Física são os subprogramas referentes a esse programa.

Programa 3 - Melhorias Qualitativas do Ensino - que objetiva desenvolver estudos, pesquisas e ações com vistas à melhoria da

eficácia e eficiência do ensino oferecido pela rede oficial do DF, compreendendo os seguintes subprogramas: Pesquisas Educacionais, Atualização Curricular, Recursos Tecnológicos para a Educação, Melhoria da Produtividade do Ensino, Apoio Técnico e Administrativo e Instituições Escolares.

Programa 4 - Assistência ao Educando, que busca proporcionar ao educando serviços assistenciais que contribuam para seu desenvolvimento bio-psicológico, seu estado de higiene e ajustamento ao meio ambiente.

Programa 5 - Desenvolvimento Cultural, cujo objetivo é desenvolver, na sociedade do Distrito Federal, o sentido de identidade cultural, compreendendo os seguintes subprogramas: Patrimônio Cultural, Expansão Cultural para a Escola, Promoções Culturais, Divulgação e Intercâmbio.

Programa 6 - Promoções Desportivas e Cívico-Recreativas, cujo objetivo é promover atividades que contribuam para o desenvolvimento físico, psíquico, social e para a difusão de hábitos saudáveis de lazer entre os escolares do DF, procurando inculcar-lhes o sentido de cidadania consciente. Os subprogramas são Educação Desportiva e Educação Cívico-Recreativa.

Programa 7 - Recursos Humanos, que objetiva proporcionar aos quadros docente, técnico e administrativo do Complexo SEC/FEDF/FCDF, oportunidades formais e não-formais de elevação do seu nível profissional. Três subprogramas compõem esse programa: Qualificação de Recursos Humanos para a Educação, Qualificação de Recursos Humanos para a Gerência Educacional e Qualificação de Recursos Humanos para o Setor Cultural.

Programa 8 - Modernização Administrativa - cujo objetivo geral é estabelecer paradigmas operacionais que orientem as atividades-meio, no sentido de melhor compatibilizá-las com os fins da organização, com os recursos disponíveis e com as exigências do contexto em que o sistema educacional está inserido. Os subprogramas são Sistema de Informações e Planejamento e Sistema de Gestão, Controle e Avaliação.

FIDELIDADE AO MODELO CONCEBIDO PARA BRASÍLIA

Fidelidade do sistema de ensino de 1º. e 2º. graus do Distrito Federal ao modelo de prestação de serviços educativo-culturais concebido originariamente para Brasília pode ser verificada com base em uma análise, ainda que não muito profunda, do Plano de Educação e Cultura 1980-83, que acaba de ser apresentado.

No setor educacional, problemas de crescimento impuseram modificações no modelo organizacional de 1960. O crescimento demográfico nas cidades-satélites e o aparecimento

de assentamentos populacionais, como a Ceilândia, determinaram o deslocamento de prioridades para aquelas áreas, para se exercitasse o direito de todos à educação - geratriz do princípio constitucional da obrigatoriedade escolar.

Alterações na legislação de ensino, especialmente as determinadas pela Lei 5.692/71, aproximaram, em termos curriculares, o modelo atual do precursor, gerando o conceito de educação voltado para o mundo do trabalho, ativa e criativa, tornando norma, para todas as escolas de 1º. grau, as atividades práticas que as escolas-parques oferecem, e introduzindo, no ensino médio, a coexistência sob um mesmo teto de vários cursos profissionalizantes.

As grandezas de ofertas educacionais no Distrito Federal permitem concluir pela fidelidade à vocação educativa que marcou os primórdios da Capital.

A expansão da rede oficial para as periferias urbanas de população crescente e o crescimento da rede particular em Brasília Sul e Norte parecem um natural e sadio mecanismo de justiça distributiva. O atendimento, pela escola particular, à população de renda mais alta libera o Poder Público para enfatizar sua atuação onde ela se faz mais necessária, num meio que não pode fazer opção pela escola particular.

A ênfase à educação pré-escolar, que o sistema já se pode permitir, retoma esse aspecto do plano, idealizado para Brasília, em 1960, agora como ônus de estender essa educação à clientela carente das periferias urbanas, cuja população global estimada representa, hoje, 75% do Distrito Federal.

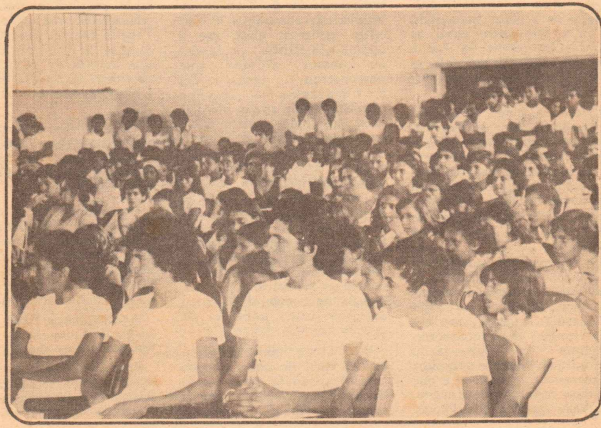
UM SISTEMA AMADURECIDO

A análise dos programas e subprogramas do Plano de Educação e Cultura do DF para o quadriênio 1980-83, revela um sistema amadurecido, consciente de sua missão, fundamentado na teoria e na prática pedagógica executadas no mundo, lúcido no exame de problemas e realista na proposição de soluções.

Se contido o índice de crescimento demográfico do Distrito Federal, a rede oficial de ensino de 1º. e 2º. graus poderá, com prioridade, concentrar seu esforço maior na melhoria qualitativa dos serviços. A ênfase na oferta de oportunidades educacionais nas periferias urbanas, de população carente, revela o dinamismo do sistema e sua sintonia com a realidade brasileira.

Brasília já não é mais apenas um centro consumidor, mas também, elaborador de cultura. As instituições educacionais têm papel preponderante na transformação de Brasília, em centro produtor de cultura.

A realidade cultural de Brasília reforça a afirmação de seu urbanista no sentido de que "com o tempo ela será capaz de tornar-se num foco de cultura das mais lúcidas do País".



Vinte anos da instalação da rede oficial de ensino e inauguração do Caseb

Juscelino Kubitschek, por ocasião da aula inaugural do CASEB, cumprimenta a Professora Aglali Maria Costa que leciona naquele estabelecimento desde a sua inauguração até os dias de hoje. Acompanhando JK, Israel Pinheiro Clóvis Salgado e Armando Hildebrand, respectivamente, Prefeito de Brasília, Ministro da Educação e diretor do CASEB, na época.



Caseb - na alvorada de sua maioria

ANA BERNADETE MATOS SILVA
(atual Diretora do CASEB)



Composto de áreas com infraestrutura capaz de congregar grande número de alunos, o Centro Interescolar CASEB - cujo nome é uma tradição - completa vinte anos, mantendo o padrão de excelente estabelecimento de ensino, que tem sido desde a sua criação.

Em sua estrutura física privilegiada, dispõe de um conjunto de prédios equipados para oferecer aos alunos oportunidades de amplo desenvolvimento, pois mantém bem montado laboratório para pesquisas nas áreas de Ciências, Práticas Agrícolas e Extrativismo, escritório para Práticas Comerciais, rica Biblioteca, completamente modernizada, satisfatório equipamento audiovisual, oficinas de Práticas Industriais, salas aparelhadas para as Práticas Integradas do Lar e Auditório, onde são realizadas as atividades cívicas e as reuniões dos alunos.

Desfrutam, ainda, os alunos, de grande Ginásio Coberto, com quadra de vôlei e basquete, o que lhes permite a prática de esporte em suas diversas modalidades.

O colégio conta com atuante Associação de Pais e Mestres - grande auxiliar da Direção na consecução de seus fins educativos.

Em seu corpo docente figuram elementos de apurada qualificação pedagógica, alguns dos quais pioneiros do ensino em Brasília; e dando cobertura ao trabalho dos professores, funciona a Orientação Educacional, entregue a técnicos de renomada capacidade e que desempenham satisfatoriamente o trabalho que lhes é atribuído.

A Direção conta com três encarregados pedagógicos, dois administrativos e uma secretária para auxiliá-la na assistência e encaminhamento dos 828 alunos, de 7ª e 8ª séries, distribuídos em oito turmas no turno matutino, seis no vespertino e doze no noturno.

O ambiente de trabalho que se pode observar aqui é de perfeito entrosamento entre Direção, Professores e Alunos; podemos mesmo afirmar que vivemos como uma família. Estamos constantemente procurando estimular nossos mestres, apoiando suas iniciativas de maneira a lhes permitir o melhor desempenho didático-pedagógico.

Quanto à estratégia de funcionamento do CASEB em atender aqui somente a 7ª e 8ª séries, podemos dizer que a mesma não satisfaz os anseios de nossos alunos, que demonstram pesar em permanecer, neste estabelecimento, apenas por dois anos, sugerindo, muitas vezes, que outros cursos sejam aqui implantados para, inclusive, um melhor aproveitamento da capacidade do Colégio.

Implantando, levando os alunos a "criar raízes" e laços afetivos com o Colégio, seria motivo de equilíbrio emocional para eles, tranquilizando-os por não serem obrigados a enfrentar mudanças sucessivas - e ainda atuariam de forma eficiente na definição de padrões de comportamento.

Este é, em linhas gerais, o retrato atual de nosso querido CASEB, casa-mãe do ensino de Brasília e patrimônio cultural de sua jovem e dinâmica população.

Breve histórico do Caseb

Professor Saber Abreu,
primeiro Diretor do CASEB



"Nenhum acontecimento é mais auspicioso para esta cidade, depois de sua fundação, do que o ato que aqui nos reúne para oferecer à juventude os quatro cursos completos deste primeiro Centro de Educação Média, ponto de partida do vasto programa com que o Governo da República atenderá aos problemas da cultura da capital do País".

Com essas palavras, o então Presidente da República, Juscelino, no dia 19 de maio de 1960, deu início à aula magna no Colégio da Caseb, já inaugurado no dia 16 daquele mesmo mês.

Ministros de Estado e outras autoridades da época faziam parte da pequena multidão que assistiu à aula inaugural do Caseb, destacando-se, entre eles, o Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, e o Prefeito de Brasília, Israel Pinheiro.

O Caseb foi o primeiro estabelecimento oficial de ensino médio de Brasília. Funcionou, inicialmente, sob a coordenação do Professor Saber Abreu, mais tarde primeiro diretor, que soube bem alicerçar a educação de nível médio na rede oficial de ensino do Distrito Federal. Esse alicerce foi reforçado com a atuação da Professora Clélia de Freitas Capanema, que assistiu de perto e acompanhou, desde os primeiros instantes, a vida da Caseb, vindo depois a substituir o Professor Saber Abreu na direção da escola.

Entre os relevantes serviços prestados à Caseb pela dedicada mestra, destaca-se a elaboração, com os professores, do currículo fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 4.024/61.

Não decorrer destes vinte anos, seguiram-se os seguintes diretores: Donato Cavalcanti, Iara Santos Serra, Magdala de Souza Corrêa, Ezilda Tereza da Rocha Pereira, José Daldegan Neto, José Gomes da Silva, Carlos Edil Freitas Fortes, Fernando José Pereira da Silva, Marietela Barbosa de Almeida e, hoje, Ana Bernadete Matos Silva.

A denominação Caseb, que permanece até hoje, é a sigla da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília.

Com a instituição da Fundação Educacional de Brasília, mais tarde Fundação Educacional do Distrito Federal - que assumiu a responsabilidade do ensino oficial e recebeu o acervo do Caseb - a

escola passou a denominar-se Ginásio do Plano Piloto.

PRIMEIRAS ATIVIDADES

Os primeiros dias de vida da Caseb, suas primeiras atividades e os sacrifícios enfrentados no início são lembrados aqui, com muita fidelidade e com um certo saudosismo, pelo Professor Saber Abreu. "O Caseb também teve um domingo diferente, quando todos os seus professores se uniram para montar devidamente as salas de aula, até noite a dentro, ajudados pelos serventes da obra que fizeram a construção em 68 dias e noites sem interrupção. Eis que tudo pronto, um forte temporal surpreende a todos, trazendo denso lamaçal para o interior da escola. O corpo docente tinha sido selecionado em concurso nacional entre 1.500 candidatos. Os alunos, provenientes de todos os rincões do País, constituíam uma riqueza representativa de todos os falares e a plenitude infinita do sentimento nacional e de solidariedade humana.

Assim, de acordo com o número de funcionários que chegavam a Brasília cada semana, eram criadas novas salas de aulas com novos alunos. O ensino seria o mais atualizado na época. Para tanto, os professores estavam agrupados em equipes para coordenar os trabalhos dos diversos cursos existentes: ginásial, clássico, científico e normal. Na parte recreativa seria dada grande ênfase aos jogos, campeonatos internos e externos, participação nos mais variados clubes escolares, como música, pintura, filatelia, bailado, imprensa, idiomas".

O Caseb foi, assim, o berço das inovações técnico-pedagógicas a serem implantadas na nova Capital. Já em sua aula inaugural, o Presidente JK expôs ao público presente o novo Plano Educacional que deveria ser aplicado nas escolas da nova Capital. O Plano tinha sido elaborado pela Comissão de Ensino da Caseb, em conjunto com técnicos do MEC. E seguiu o Caseb: a sua longa e brilhante jornada em prol da educação do jovem candango.